



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCOS RETIFICADO

OBJETO: Análise da viabilidade técnica e econômica para escolha da melhor solução para atendimento da necessidade por serviços de divulgação por meio de carro de som, visando atender as necessidades das secretarias municipais.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Lei nº 14.133/2021 - Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.
- Decreto Municipal nº 70/2025 - Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
- Decreto Municipal nº 72/2025 – Dispõe sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal;
- Decreto Municipal nº 95/2025 – Dispõe sobre as práticas de gestão de risco;
- Resolução TCE/MS nº 88/2018 e suas alterações;
- Decreto 165/2025 Dispõe sobre a regulamentação do reequilíbrio econômico-financeiro em contratos administrativos e atas de registro de preços; e
- Demais legislações pertinentes.

REQUISITANTES:

- **SETURD:** Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
- **SEMAM:** Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura
- **SEMAF:** Secretaria Municipal de Administração e Finanças
- **SEMEL:** Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- **SEINFRA:** Secretaria Municipal de Infraestrutura
- **SUBPREF:** Subprefeitura da Nova Porto XV
- **FMS:** Fundo Municipal de Saúde
- **FMAS:** Fundo Municipal de Assistência Social



DISPENSA DA DIVULGAÇÃO DA IRP

O presente estudo visa a formalização de Registro de Preços para Futura e Eventual serviço de publicidade, divulgação por meio de carro de som, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, pelo período de 01 (um) ano.

Vale consignar, que neste procedimento, a Lei Federal nº 14.133/21 prevê:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

No mesmo sentido, o Decreto Municipal nº 72/2025, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal, afirma:

Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º.

(...)

Art. 10. O procedimento previsto no artigo 9º poderá ser dispensado quando a contratação tiver por objetivo o atendimento apenas do órgão gerenciador e seus fundos especiais.

Desta forma, considerando que apenas as Secretarias Municipais estão vinculadas ao órgão gerenciador ou seja, o Município de Bataguassu, e que além delas apenas os Fundos Especiais participarão da Ata, justifica-se a dispensa da publicação da IRP.



I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

O presente estudo tem por objeto analisar a melhor opção para atendimento da demanda por serviços de publicidade e divulgação por meio de carro de som (propaganda volante), de modo a atender às necessidades operacionais das Secretarias de Bataguassu/MS.

A medida visa promover a efetiva comunicação entre o Poder Público e a população, garantindo a disseminação de campanhas, avisos, orientações, cronogramas e demais informações relevantes para o interesse coletivo, durante todo o período de vigência contratual.

A requisição se justifica pela necessidade de manutenção de um canal de comunicação eficiente, especialmente em áreas com acesso limitado a meios digitais, conforme justificativa técnica dos responsáveis das secretarias demandantes, o que atualmente compromete a qualidade, a abrangência e a continuidade da informação à população, além de impactar a conformidade legal e a eficiência administrativa.

A não realização da contratação implicará na interrupção ou deficiência na divulgação de campanhas e avisos públicos, riscos à saúde e segurança da população por falta de informação, prejuízo financeiro decorrente de contratações emergenciais, descumprimento de metas institucionais e perda de qualidade no atendimento ao cidadão.

Dessa forma, a presente requisição é essencial para assegurar a eficiência e a continuidade das ações da Administração, atender plenamente ao interesse público e garantir a melhor aplicação dos recursos públicos.

II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025



III) Data de Republicação no PNCP: 15/04/2026

III) Id do item no PCA: 30/2026

IV) Classe/Grupo:

2162463816 Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de propaganda volante por meio de carro ou moto de som

1999770536 Contratação de carro de som propagando volante para atender a necessidade de ampliar o impacto das campanhas de comunicação, contribuindo para o cumprimento dos objetivos planejados

1336960290 Contratação de Empresa Prestação de Serviço de Propaganda Volante, através de carro de som.

3062763943 Contratação de Prestação de Serviço de Propaganda Volante, através de carro de som, para atender as Secretarias Municipais, pelo período de 12 (doze) meses

3733697999 Serviços de terceiros contratação de carro de som propaganda volante

1497007304 Som Volante

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O serviço de divulgação inclui a gravação da mensagem, cujo texto será informado pela administração municipal à detentora da ata.

3.2. Antes de ser veiculada, a mensagem deverá ser aprovada pelo setor de Comunicação ou outro setor solicitante.

3.3. Os serviços deverão ser realizados **parceladamente** de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, mediante emissão da Autorização de Fornecimento.

3.4. A Detentora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

3.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



3.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, acompanhado de relatório e nota fiscal correspondente.

3.8. A Detentora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos materiais, prestando esclarecimento solicitado, atendendo as reclamações formuladas.

3.9. O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.10. A Detentora deverá:

a) Responsabilizar-se com a execução dos serviços contratados, bem como com as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto. A inadimplência da contratada, com referência a esses encargos, não transfere a contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Bataguassu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo representante do Município;

c) Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

Garantia da contratação

3.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o objeto da licitação.

Subcontratação

3.12. Não será permitida a subcontratação do objeto.



IV. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Registra-se inicialmente que a Administração Municipal já utiliza diversos meios de comunicação institucional para divulgação de informações aos munícipes, tais como mídias digitais, redes sociais oficiais, portais eletrônicos, comunicação institucional em rádio e outros instrumentos de publicidade institucional. Todavia, tais meios, embora relevantes, não atingem de forma uniforme toda a população, especialmente em localidades com menor acesso à internet ou onde a comunicação sonora itinerante apresenta maior efetividade. Nesse contexto, a propaganda volante configura-se como importante instrumento complementar de divulgação, permitindo alcançar bairros, distritos e comunidades de forma direta e ampla.

No que se refere especificamente à execução de serviços de propaganda volante, foram identificadas no mercado algumas alternativas possíveis para atendimento da necessidade da Administração Pública.

A primeira alternativa consiste na execução direta do serviço pela própria Administração Municipal, mediante utilização de veículo pertencente ao patrimônio público, com instalação de equipamento de sonorização e designação de servidor para condução do veículo e realização das divulgações. Entretanto, essa solução demandaria investimentos prévios na aquisição de equipamentos de som apropriados, eventual adaptação de veículos, manutenção dos equipamentos, além da disponibilidade permanente de servidores para execução da atividade, o que poderia comprometer a eficiência administrativa e gerar custos operacionais adicionais.

A segunda alternativa consiste na contratação de empresa ou profissional especializado na prestação de serviços de propaganda volante, responsável por disponibilizar veículo equipado com sistema de sonorização adequado, motorista e demais recursos necessários à execução do serviço, realizando a circulação em rotas e horários previamente definidos pela Administração, com reprodução de mensagens institucionais fornecidas pelo Município. Essa modalidade é amplamente utilizada por administrações públicas municipais e apresenta como vantagens a redução de custos



estruturais, a transferência das responsabilidades operacionais ao contratado e a possibilidade de contratação conforme a demanda da Administração.

Considerando os aspectos técnicos e econômicos avaliados, observa-se que a contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais viável para atendimento da necessidade administrativa, uma vez que elimina a necessidade de investimentos em estrutura própria, garante maior flexibilidade na prestação do serviço e possibilita a obtenção de propostas competitivas no mercado, tendo em vista a existência de prestadores que atuam nesse segmento.

Nesse sentido, não foram encontrados novos métodos que possam contribuir para esse processo, assim a solução apresentada neste estudo é a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, no Sistema de Registro de Preços, para **“serviço de publicidade, divulgação por meio de carro de som”**, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais e Fundos, pelo período de 01 (um) ano, considerando o custo benefício do processo em termos de economia, agilidade e eficiência.

Sugerimos a realização deste procedimento com o objetivo de formalizar Ata de Registro de Preços, para que não seja realizado outro processo licitatório em curto prazo. Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de preços (SRP), deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens para a Administração, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação de pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços em ata e disponibilizá-los por um ano, prorrogável por mais um ano, para quando surgir necessidade, executar o produto registrado.

Essa dificuldade de dar exatidão aos números nos leva a uma incerteza na definição das quantidades a serem adquiridas, fato que pode implicar em prejuízos ao erário e até mesmo aos fornecedores. Em razão disso, sugere-se a realização de procedimento licitatório visando o registro de preços, para que a Administração Municipal possa adquirir os produtos conforme sua real necessidade, durante vigência da ata de



registro de preços, sem comprometer desnecessariamente o orçamento Municipal com contratos.

Evidentemente que ao longo desse prazo, caso se chegue à conclusão de que uma contratação com os fornecedores com preços registrados seja um caminho eficaz e econômico, é claro que poder-se-á tomar esse caminho, contudo, sem obrigação de contratar com o total estimado.

Vale dizer, que a adoção do SRP leva a inúmeras vantagens para a Administração Municipal, como exemplo:

- Rapidez nas aquisições.
- Eliminação de licitações contínuas.
- Modernização e desburocratização dos processos de compra.
- Economia de recursos.
- Eliminação do problema de regulação dos estoques: utilização de espaços e produtos deteriorados.
- Viabilidade compartilhamento do registro.
- Mobilidade orçamentária: não é obrigatória a reserva orçamentária prévia.

Nesse sentido, levando em consideração que no exato momento não há um quantitativo exato para aquisição, entendemos que a solução mais eficiente seja a de Registro de Preços, pois não ocorrerá de o Município na dúvida adquirir eventualmente itens em excesso à realidade, e até mesmo algum produto que pereça com o tempo, se for o caso.

Entendemos que o uso do Sistema de Registro de Preços se justifica diante da previsão de entrega parcelada de acordo com as necessidades da Prefeitura, para atender ao ressuprimento necessário, assim que o saldo se encontre em nível baixo, além da impossibilidade de definir previamente os quantitativos exatos a serem demandados, considerando as características e natureza das aquisições/contratações pela Administração, situações previstas nos incisos do art. 4º Decreto Municipal nº 72/2025



V. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de propaganda volante e carro de som, destinada a atender às demandas das Secretarias e demais unidades administrativas do Município de Bataguassu/MS, mediante regular procedimento licitatório, preferencialmente por meio do Sistema de Registro de Preços, com execução parcelada conforme a necessidade da Administração.

A contratação abrangerá a prestação de serviço completo, compreendendo a disponibilização, por parte da contratada, de veículo devidamente regularizado, equipado com sistema de sonorização adequado, motorista/operador habilitado e todos os recursos necessários à execução das divulgações institucionais. A empresa será integralmente responsável pelos custos operacionais, incluindo combustível, manutenção, encargos trabalhistas, tributos e demais despesas inerentes à execução do serviço.

Os serviços compreenderão a veiculação de mensagens institucionais fornecidas ou previamente aprovadas pela Administração, circulação nos roteiros e bairros definidos, cumprimento de cronograma estabelecido, repetição das chamadas conforme necessidade da campanha e, quando solicitado, apresentação de relatório contendo datas, horários e locais percorridos.

Os equipamentos de som deverão apresentar qualidade suficiente para garantir clareza, inteligibilidade e alcance adequado das mensagens, observando-se os limites legais de emissão de ruídos e a legislação municipal, estadual e federal aplicável, especialmente normas de trânsito e ambientais. É vedada qualquer alteração no conteúdo das mensagens sem autorização expressa da Administração.

No que se refere à manutenção e assistência técnica, por se tratar de prestação de serviço, caberá exclusivamente à contratada assegurar que os veículos e equipamentos utilizados estejam em perfeitas condições de funcionamento durante toda a execução contratual, devendo:

- Realizar manutenção preventiva e corretiva por sua conta;



- Substituir imediatamente o veículo ou equipamento em caso de falha que comprometa a execução do serviço;
- Garantir a continuidade da prestação sem prejuízo à Administração;
- Disponibilizar suporte operacional para ajustes de roteiro, horários ou conteúdo, quando solicitado.

A execução ocorrerá de forma parcelada, conforme requisições emitidas pelos setores competentes, respeitando os quantitativos estimados e a vigência contratual. A Administração poderá definir cronograma de atendimento conforme a prioridade das campanhas e, quando necessário, solicitar divulgações em caráter emergencial.

A solução adotada visa assegurar ampla divulgação das ações governamentais, promover a transparência dos atos públicos, ampliar o acesso à informação e garantir a efetividade das políticas públicas municipais.

Dessa forma, a contratação contempla a prestação integral do serviço de propaganda volante, incluindo todos os meios necessários à sua execução, garantindo eficiência, economicidade, continuidade e pleno atendimento ao interesse público.

Qualificação Econômico-Financeira

A exigência de apresentação da certidão negativa de falência (conforme o art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) é essencial para assegurar que a licitante encontra-se em situação financeira saudável, diminuindo o risco de interrupção na execução do contrato ou ata devido a questões econômicas adversas, como insolvência ou falência. Essa medida é indispensável para proteger o interesse público, garantindo a continuidade dos serviços ou obras objeto da licitação.

Justificativa da não participação de consórcio de empresas

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação à participação de empresas em consórcio deve ser devidamente motivada. No presente caso, o objeto não se caracteriza como de grande vulto, tampouco envolve alta complexidade técnica, o que afasta a necessidade de permitir a formação de consórcios, conforme parâmetros legais.



Adicionalmente, a estrutura administrativa da Prefeitura de Bataguassu é enxuta, não dispondo de recursos adequados para gerenciar contratações com consórcios, o que poderia comprometer a eficiência da gestão contratual. Ressalta-se ainda que a permissão para atuação consorciada poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a união de potenciais concorrentes.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios visa preservar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação, sem prejuízos técnicos ou econômicos à Administração.

VI. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Os quantitativos da contratação foram estabelecidos com base na demanda estimada atual apresentada pelas Secretarias requisitantes, conforme segue:

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	010.078.436	Contratação de empresa para prestação de serviço de carro de som, para o perímetro urbano do município de Bataguassu, com veículo motorizado (carro) com equipamento sonoro adequado, obedecendo as normas e leis vigentes.	Hs	1350	R\$ 74,00	R\$ 99.900,00
2	010.078.440	Contratação de empresa para prestação de serviço de carro de som para o Bairro da Reta A-1 e Distrito da Nova Porto XV, com veículo motorizado (carro), com equipamento sonoro adequado, obedecendo as normas e leis vigentes.	Hs	845	R\$ 88,00	R\$ 74.360,00
TOTAL R\$ 174.260,00						

As estimativas de quantitativos para a presente contratação foram consolidadas a partir de levantamento individualizado realizado por cada Secretaria Municipal, formalizado por meio dos respectivos Documentos de Formalização da Demanda (DFDs), nos quais constam as justificativas técnicas, diagnósticos situacionais e projeções de necessidade para o exercício corrente.



A metodologia adotada considerou o levantamento técnico das demandas de divulgação institucional de cada unidade administrativa, educacional e de saúde, analisando-se a frequência das campanhas, ações e comunicados realizados ao longo do exercício, bem como a abrangência territorial do Município e do Distrito. Foram avaliados fatores como densidade populacional, dispersão geográfica, limitação de acesso a meios digitais, necessidade de repetição das mensagens para melhor assimilação pela população e histórico de execuções anteriores.

Também se considerou a recorrência de campanhas permanentes e sazonais, a necessidade de atendimento a situações emergenciais e a importância de assegurar ampla cobertura dos bairros, distritos e regiões adjacentes. A estimativa dos quantitativos foi, portanto, fundamentada em critérios de razoabilidade, proporcionalidade e planejamento administrativo, buscando atender às demandas atuais e futuras, sem gerar excessos, mas garantindo a efetividade da comunicação institucional e o pleno atendimento ao interesse público.

As estimativas foram fundamentadas, especialmente, nos seguintes fatores:

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, foi prevista a estimativa de 740 horas para o Município de Bataguassu e 600 horas para o Distrito de Nova Porto XV e região das Retas, considerando a necessidade contínua de divulgação de campanhas de vacinação, prevenção de doenças, cronogramas de atendimento e ações emergenciais ao longo de todo o exercício.

Para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, o quantitativo estimado foi de 720 horas anuais, equivalente a uma média aproximada de 60 horas mensais, justificado pela recorrência de mutirões de limpeza, avisos de obras, interdições de vias, campanhas educativas de trânsito e comunicados operacionais.

No caso da Secretaria Municipal de Assistência Social, foram previstas 80 horas para o Município de Bataguassu e 45 horas para o Distrito de Nova Porto XV, considerando a necessidade de divulgação contínua de CadÚnico, programas de transferência de renda, atendimentos do CRAS e CREAS, campanhas socioassistenciais e convocações comunitárias.



A Secretaria Municipal de Administração estimou 120 horas para o Município de Bataguassu e 60 horas para o Distrito de Nova Porto XV e região das Retas, justificadas pela divulgação de ações institucionais, avisos oficiais e comunicados administrativos.

Já a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer indicou que o quantitativo foi definido com base nos gastos de exercícios anteriores, considerando a divulgação de campeonatos, torneios, cursos e eventos esportivos ao longo do ano.

A Subprefeitura de Nova Porto XV justificou a contratação com base na necessidade de divulgação de campanhas públicas, comunicados oficiais e ações institucionais, considerando a extensão territorial e a limitação de acesso a meios digitais na localidade.

De maneira geral, verifica-se que os quantitativos foram fixados com base em critérios de razoabilidade e proporcionalidade, observando-se a abrangência territorial, o perfil populacional, a frequência das ações institucionais e a necessidade de repetição das mensagens para assegurar efetividade na comunicação. Ressalta-se ainda que todos os quantitativos possuem caráter estimativo, não gerando obrigatoriedade de contratação integral, mas garantindo planejamento, flexibilidade operacional e atendimento adequado ao interesse público.

VII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de **R\$ 174.260,00 (cento e setenta e quatro mil duzentos e sessenta reais)**, conforme tabela comparativa constante no item VI.

A presente estimativa foi elaborada com base nos preços registrados na última contratação realizada em 2024, cuja vigência foi prorrogada em 2025 até o dia 29/04/2026. Cabe ressaltar que a prorrogação da ata não envolveu atualização dos preços, razão pela qual foram utilizados como parâmetro para estimativa de valor.

Contudo, para que haja maior eficiência nos preços referenciais, estes serão definidos através de pesquisa de preços de acordo com Decreto Municipal 330/2022, que regulamenta as cotações de preços em âmbito municipal.



VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A adjudicação do Pregão Eletrônico será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

A presente contratação busca produzir resultados concretos sob a perspectiva da economicidade, da eficiência administrativa e da racionalização dos recursos públicos, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133.

Sob o aspecto econômico, a consolidação das demandas das diversas Secretarias em um único procedimento licitatório, preferencialmente pelo Sistema de Registro de Preços, possibilita maior competitividade entre fornecedores e, conseqüentemente, a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. A padronização dos serviços a serem realizados favorece ganhos de escala, redução de custos unitários e melhor controle da execução contratual. Além disso, a aquisição parcelada, conforme a necessidade e a imobilização desnecessária de recursos financeiros, assegurando maior equilíbrio orçamentário ao longo da vigência da ata.

A contratação de serviços de propaganda volante contribui de maneira significativa para a população ao garantir o amplo acesso à informação, especialmente para aqueles que possuem acesso limitado à internet, redes sociais ou outros meios digitais. Trata-se de um instrumento eficaz para divulgar campanhas de saúde, ações educativas, mutirões de limpeza, programas sociais, eventos esportivos, convocações públicas e avisos emergenciais, assegurando que as informações cheguem de forma clara, direta e tempestiva aos cidadãos. Dessa forma, fortalece-se a participação popular,



promove-se a conscientização da comunidade e amplia-se o acesso aos serviços públicos, contribuindo para o exercício da cidadania e para a inclusão informacional.

Sob a perspectiva do setor público, a contratação constitui ferramenta estratégica para a efetividade das políticas públicas, uma vez que amplia o alcance das ações institucionais e aumenta a adesão da população às campanhas e programas desenvolvidos pelo Município. A comunicação eficiente reduz falhas decorrentes da desinformação, evita retrabalho e contribui para melhor organização das atividades administrativas. Além disso, possibilita respostas rápidas em situações emergenciais, assegura o cumprimento dos princípios da publicidade, eficiência e transparência, e promove maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos. Assim, a contratação não se limita à simples divulgação, mas representa um mecanismo essencial de gestão, voltado ao atendimento do interesse público e ao fortalecimento da relação entre Administração e sociedade.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de serviços de propaganda volante revela-se medida necessária e estratégica para assegurar a ampla divulgação das ações governamentais, garantindo que as informações de interesse público alcancem toda a população de forma eficiente, clara e acessível. Ao mesmo tempo em que promove inclusão informacional e fortalece a participação cidadã, também contribui para a efetividade das políticas públicas, para a melhoria da gestão administrativa e para o cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública. Assim, a presente contratação atende plenamente ao interesse público, demonstrando-se conveniente, oportuna e vantajosa para o Município.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Antes da formalização da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, a Administração adotará uma série de medidas preparatórias indispensáveis à adequada execução contratual, em conformidade com os princípios da eficiência, do planejamento e da boa governança pública, previstos na Lei nº 14.133/2021, entre elas:



- Designação dos fiscais de contrato, que deverão acompanhar a sua execução, dentre servidores da administração municipal capacitados para exercício dessa função.

Com essas medidas, busca-se assegurar a execução eficiente do contrato, com acompanhamento técnico qualificado, prevenção de riscos e controle eficaz da qualidade dos bens e serviços entregues à Administração.

XI. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Considerando que trata-se de aquisição de serviço de publicidade, divulgação por meio de carro de som e ainda que, a administração municipal não dispõe de um profissional técnico da área ambiental (engenheiro ambiental ou similar) disponível para realizar o levantamento de possíveis impactos ambientais e suas medidas mitigadoras, esta equipe de planejamento deixará de abordar este tópico.

X. GERENCIAMENTO DE RISCO

<u>RISCO 1</u>	Estimativas de quantitativos superiores ou inferiores à demanda real
ETAPA	(<input checked="" type="checkbox"/>) Planejamento () Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixo () Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio () Alto () Muito alto
Medida(s)	Definir quantidades com base em levantamento individualizado realizado por cada Secretaria, considerando diagnóstico atual das unidades, previsão de expansão da rede municipal e histórico de consumo.
Responsável	Secretarias demandantes, equipe de planejamento
<u>RISCO 2</u>	Prestação do serviço em desacordo com as especificações
ETAPA	(<input checked="" type="checkbox"/>) Planejamento () Seleção do fornecedor (<input checked="" type="checkbox"/>) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio () Alto () Muito alto



Impacto	() Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto
Medida (s)	Estabelecer critérios claros de qualidade, exigência de garantia, observância às normas técnicas aplicáveis e previsão de rejeição e substituição dos serviços que não atendam às condições pactuadas, sem ônus para a Administração.
Responsável	Equipe de Planejamento, Fiscal de Contrato
<u>RISCO 3</u>	Atraso na execução dos serviços
ETAPA	(X) Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
Medida (s)	Fixar prazos execução compatíveis com a complexidade do objeto, além de previsão de sanções administrativas em caso de descumprimento contratual.
Responsável	Equipe de planejamento, Fiscal de Contrato

MAPA DE RISCO

P R O B A B I L I D A D E						
I M P A C T O		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO	Médio	Alto	Extremo	Extremo	Extremo
	ALTO	Médio	Alto	Alto	Alto	Extremo
	MÉDIO	Médio	Médio	Alto	Alto	Extremo
	BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
	MUITO BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo.



XII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Após análises e levantamentos, com base no estudo exposto acima, pode-se concluir que o objeto de contratação do presente ETP é viável, além de ser necessário para o atendimento das necessidades e interesses da Administração Pública, estando em conformidade com Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 3.228/2025.

Bataguassu-MS, 27 de abril de 2026.

Elaboração:

Nathália Schulz Cardoso

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

Geovani Tavares Martim

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

Kauan Lucio Ferreira da Rosa

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

Aprovado por:

Rosimeire Guirado Ângelo Duarte

Secretária Municipal de Planejamento e Licitações

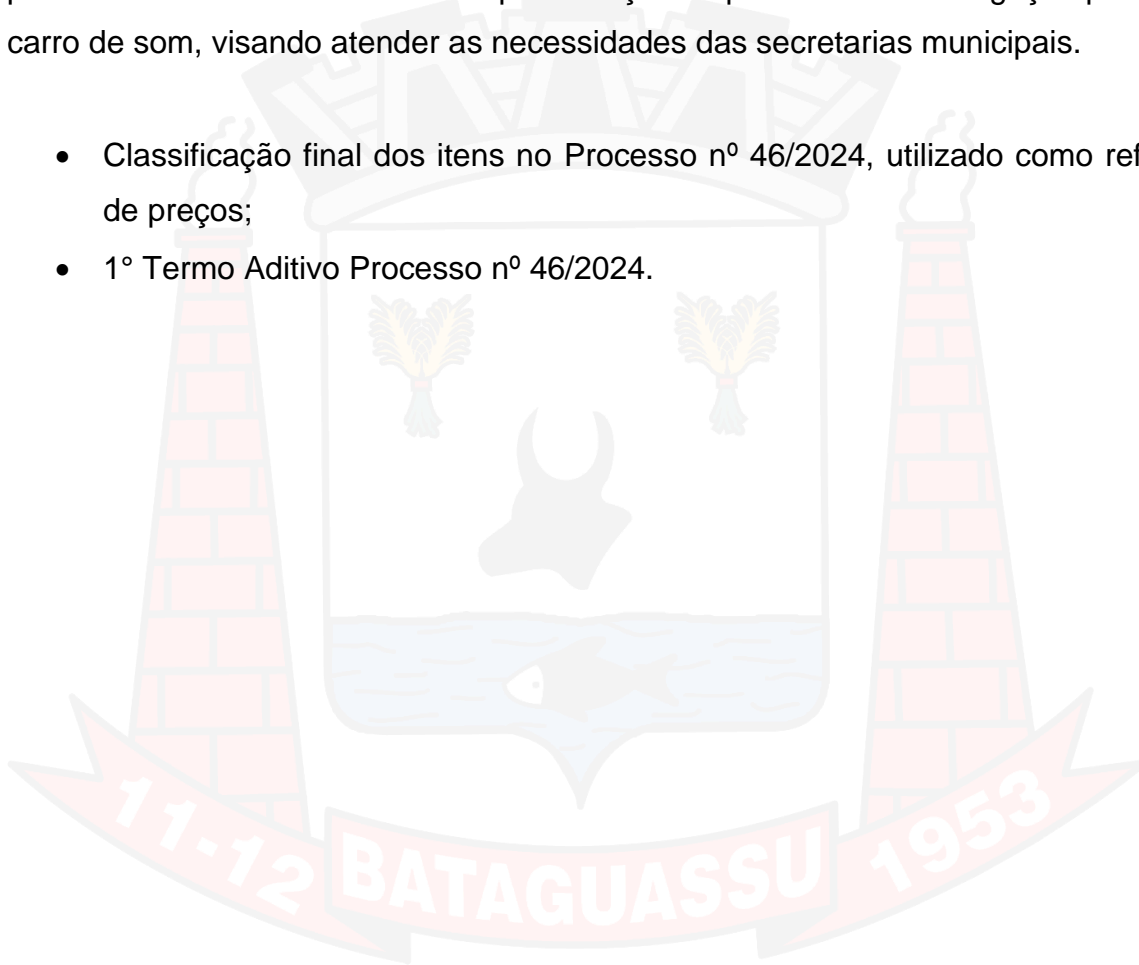


ANEXO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Análise da viabilidade técnica e econômica para escolha da melhor solução para atendimento da necessidade por serviços de publicidade e divulgação por meio de carro de som, visando atender as necessidades das secretarias municipais.

- Classificação final dos itens no Processo nº 46/2024, utilizado como referencial de preços;
- 1º Termo Aditivo Processo nº 46/2024.





1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2024.

OBJETO DO PROCESSO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Prestação de Serviço de Propaganda Volante, através de carro de som, para atender as Secretarias Municipais, pelo período de 12 (doze) meses.

I. DAS PARTES: O **MUNICÍPIO DE BATAGUASSU/MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 03.576.220/0001-56, com sede a Av. Aquidauana, 1001, Centro, Bataguassu/MS, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. **WANDERLEIA CARAVINA**, portadora da Matrícula Funcional nº 117684; o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BATAGUASSU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.836.939/0001-44, situado a Avenida Porto XV de Novembro, nº 775, Bairro Centro, município de Bataguassu/MS, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde a Sra. **ALINE DA SILVA CAUNETO**, nomeada pelo Decreto nº 001/2025, de 02 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Município de 03 de janeiro de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 117670; e o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 14.761.260/0001-94, situado a Rua Dourados, nº 163, Bairro Centro, município de Bataguassu/MS, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. **THAIS BASTOS GALVÃO THOMAZINI**, nomeada pelo Decreto nº 007/2025, de 02 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Município de 08 de janeiro de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 117674, doravante denominados **CONTRATANTES**, e as empresas **53.657.774 FLAVIA LUNHANI VASCONCELOS**, inscrita no CNPJ nº 53.657.774/0001-56, com sede a Rua Luiz Gonçalves de Souza nº 305, Jardim Novo Horizonte, na cidade de Bataguassu-MS, neste ato representado pelo Sr. **JOÃO BATISTA VASCONCELLOS JUNIOR**, e **13.617.108 JOSE CARLOS BARBOSA**, inscrita no CNPJ nº 13.617.108/0001-70, com sede a Rua José Pedrossian, nº 905, Distrito de Nova Porto XV, na cidade de Bataguassu-MS, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ CARLOS BARBOSA**, doravante designadas **CONTRATADAS**, pactuam a firmarem o presente Termo Aditivo mediante as cláusulas a seguir.

II. DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do **PROCESSO Nº 46/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024.**

III. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal no artigo art. 84, da Lei nº 14.133/2021, e artigos 22 e 23, do Decreto Municipal nº 72/2025.



IV. DO OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a prorrogação do prazo de vigência da ata por igual período e renovação dos quantitativos, conforme ofícios, justificativas e parecer jurídico acostado aos autos.

V. DO VALOR: O valor do presente aditivo será de **R\$ 97.572,50 (noventa e sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).**

VI. DO PRAZO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses com início em 30 de abril de 2025 e término em 29 de abril de 2026.

VII. RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da ata originária, naquilo que não contraria o presente termo aditivo.

VIII. PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021 ou no Diário Oficial do órgão, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012

Bataguassu/MS, 25 de abril de 2025.

WANDERLEIA CARAVINA
Prefeitura Municipal de Bataguassu
CNPJ 03.576.220/0001-56

**JOÃO BATISTA VASCONCELLOS
JUNIOR**
Flavia Lunhani Vasconcelos
CNPJ nº 53.657.774/0001-56

ALINE DA SILVA CAUNETO
Fundo Municipal de Saúde de
Bataguassu
CNPJ nº 10.836.939/0001-44

JOSÉ CARLOS BARBOSA
Jose Carlos Barbosa
CNPJ nº 13.617.108/0001-70

THAIS BASTOS GALVÃO THOMAZINI
Fundo Municipal de Assistência Social
CNPJ nº 14.761.260/0001-94



**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2024**

O MUNICÍPIO DE BATAGUASSU/MS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BATAGUASSU, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e as empresas 53.657.774 FLAVIA LUNHANI VASCONCELOS e 13.617.108 JOSE CARLOS BARBOSA, tendo em vista o que consta no Processo nº 46/2024, Pregão Eletrônico nº 13/2024.

OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a prorrogação do prazo de vigência da ata por igual período e renovação dos quantitativos, conforme, ofícios, justificativas e parecer jurídico acostado aos autos.

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: Fica prorrogada por mais 12 (doze) meses com início em 30 de abril de 2025 e término em 29 de abril de 2026.

PREÇO: O valor do presente aditivo será de R\$ 97.572,50 (noventa e sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

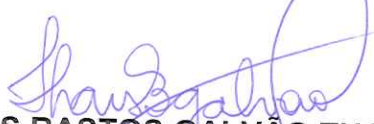
FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal no artigo art. 84, da Lei nº 14.133/2021, e artigos 22 e 23, do Decreto Municipal nº 72/2025.

DATA ASSINATURA: Bataguassu/MS, 25 de abril de 2025.

ASSINAM: Wanderleia Caravina, Aline da Silva Cauneto, Thais Bastos Galvão Thomazini, João Batista Vasconcellos Junior e José Carlos Barbosa


WANDERLEIA CARAVINA
Prefeitura Municipal de Bataguassu
CNPJ 03.576.220/0001-56


ALINE DA SILVA CAUNETO
Fundo Mun. de Saúde de Bataguassu
CNPJ nº 10.836.939/0001-44


THAIS BASTOS GALVÃO THOMAZINI
Fundo Municipal de Assistência Social
CNPJ nº 14.761.260/0001-94



PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU

RUA DOURADOS, Nº 163

CNPJ: 03576220/0001-56

Classificação Final dos Itens

Página 1 de 1

Licitação: **000046/24 PREGÃO ELETRÔNICO**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Valor Unitário	Unidade	Quantidade
Código	Proponente / Fornecedor				Valor Total
1	010.078.436	SERVIÇO DE CARRO DE SOM BATAGUASSU		Hs	675
17189	FLAVIA LUNHANI VASCONCELLOS		73,50		49.612,50
2	010.078.440	SERVIÇO DE SERVIÇO DE CARRO DE SOM NOVA PORTO XV		Hs	545
5714	JOSE CARLOS BARBOSA 11771043857		88,00		47.960,00
Valor Total da Licitação:					97.572,50